

AS ATAS COMO ARTEFATOS PEDAGÓGICOS NAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

Nilton André Batista Faria¹
Josiane Peres Gonçalves²

RESUMO: A pedagogia, enquanto ciência, está presente em diversos âmbitos da sociedade, demonstrando pluralidade em sua aplicabilidade ao estudar processos de ensino e aprendizagem, bem como práticas educativas em diferentes contextos. Nesse sentido, ao se identificar as atas como artefatos culturais, produtos de ações humanas, percebe-se que elas empregam uma pedagogia própria, ao produzirem sentidos e orientarem práticas por meio do registro de debates e decisões que influenciam comportamentos institucionais e sociais ao longo da história. Além do que é explicitamente registrado, as atas também carregam silêncios carregados de intencionalidades: omissões, escolhas de linguagem e recortes feitos refletem relações de poder e disputas simbólicas, indicando quais vozes são legitimadas e quais são silenciadas. Essa dimensão evidencia que os registros não são neutros, mas instrumentos ativos na produção de sentidos e na construção de narrativas institucionais. O estudo das atas, portanto, exige que sejam tratadas como objetos culturais e históricos, cuja interpretação demanda um olhar interdisciplinar atento às nuances discursivas que carregam. O presente artigo tem como objetivo entender as atas como artefatos culturais e pedagógicos, evidenciando que não se tratam de meros registros administrativos, mas desempenham papel significativo na orientação de práticas institucionais e sociais. Ao preservar memórias do passado e revelar silêncios estratégicos, as atas oferecem lições valiosas para compreender as práticas e saberes que influenciam o presente e orientam o futuro.

Palavras-chave: Atas; Artefatos Culturais; Pedagogia.

THE MINUTES AS PEDAGOGICAL ARTIFACTS IN INSTITUTIONAL PRACTICES

ABSTRACT: Pedagogy, as a science, is present in various spheres of society, demonstrating plurality in its applicability when studying teaching and learning processes, as well as educational practices in different contexts. In this sense, by identifying the minutes as cultural artifacts, products of human actions, it is clear that they employ a unique pedagogic, producing meaning and guiding practices through the recording of debates and decisions that influence institutional and social behaviors throughout history. Beyond what is explicitly recorded, the minutes also carry silences charged with intentionality: omissions, language choices, and excerpts reflect power relations and symbolic disputes, indicating which voices are legitimized and which are silenced. This dimension highlights that the records are not neutral, but active instruments in the production of meaning and the construction of institutional narratives. Studying the minutes, therefore, requires that they be treated as cultural and historical objects, whose interpretation demands an interdisciplinary approach attentive to the discursive nuances they carry. This article aims to understand minutes as cultural and pedagogical artifacts, demonstrating that they are not mere administrative records but play a significant role in guiding institutional and social practices. By preserving memories of the past and revealing strategic silences, minutes offer valuable lessons for understanding the practices and knowledge that influence the present and guide the future.

Key-words: Minutes; Cultural Artifacts; Pedagogy.

¹ Graduado em História e Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8193-0191>

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com estágio pós-doutoral em Educação pela mesma instituição. Professora dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul campus do Pantanal, da Faculdade de Educação e do campus de Naviraí. Bolsista produtividade Fundect/CNPQ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7005-849X>

Introdução

O presente estudo bibliográfico é parte de uma pesquisa de Mestrado em Educação, que encontra-se em andamento, cuja temática refere-se à participação política de professoras atuantes em um sindicato docente de uma universidade federal brasileira. Para a realização da pesquisa de mestrado, optou-se por analisar as atas das assembleias gerais do sindicato escolhido e, nesse contexto, surgiu a necessidade de melhor entender as atas como um artefato cultural, que se baseia em uma pedagogia que produz sentidos, ao registrar decisões coletivas e institucionais.

Assim, este artigo tem por objetivo entender as atas como artefatos culturais e pedagógicos, evidenciando que não se tratam de meros registros administrativos, mas desempenham papel significativo na orientação de práticas institucionais e sociais. Além disso, busca ressaltar a necessidade de uma análise interdisciplinar das atas, reconhecendo seu valor histórico, discursivo e educativo.

Pretende-se, primeiramente neste trabalho, destacar o conceito de pedagogia, evidenciando sua abrangência para além do contexto escolar ao qual é tradicionalmente associado, demonstrando sua influência em diversos espaços sociais. Em seguida, desenvolve-se uma reflexão teórico-pedagógica sobre as atas enquanto instrumentos metodológicos na educação, enfatizando sua interpretação crítica como documentos históricos que expressam opiniões e perspectivas de um determinado período. Essa abordagem reconhece que as atas não são neutras, mas carregadas de significados e valores que merecem ser problematizados.

Além disso, considera-se relevante discutir a possibilidade de compreender as atas como instrumentos pedagógicos presentes também em espaços não escolares, contribuindo para a construção de leituras críticas sobre o presente e para a projeção de caminhos futuros. Essa reflexão implica reconhecer que tais documentos, mesmo produzidos em contextos institucionais específicos, participam de processos educativos mais amplos, nos quais se formam sujeitos e se consolidam modos de governar e interpretar o social.

A pedagogia para além da sala de aula

Em uma rápida pesquisa no *Google* sobre o termo pedagogia, encontra-se a seguinte definição: “Pedagogia é a ciência do campo das ciências humanas, que estuda os processos de ensino e aprendizagem, bem como as práticas educativas em diferentes contextos” (*Google*, 2025, n.p.). Embora breve e até superficial, essa definição já evidencia que a pedagogia não se limita ao espaço escolar formal, mas se estende a múltiplos contextos em que ocorrem processos de ensino e aprendizagem. Isso significa reconhecer que práticas pedagógicas estão presentes em ambientes institucionais, comunitários, culturais e até mesmo nas interações cotidianas, sempre orientando modos de pensar, agir e se relacionar.

Bortolazzo (2020) ratifica essa definição, ao dizer que a pedagogia não se limita ao espaço institucional da escola; ela se expande para diversas instâncias sociais que influenciam os modos de ser e agir dos indivíduos no mundo. Em outras palavras, práticas pedagógicas podem ser encontradas em diferentes contextos, como na

família, nos meios de comunicação, no ambiente de trabalho e em espaços culturais. Essas práticas operam para governar, moldar comportamentos, valores e formas de interação social, demonstrando que a pedagogia está presente em qualquer lugar onde ocorra a transmissão de saberes e a construção de significados que transformam a maneira como as pessoas vivenciam e compreendem o mundo.

Ao ampliar o entendimento de que a pedagogia ultrapassa os limites da escola e se manifesta em diferentes espaços sociais, torna-se relevante considerar as contribuições da pedagogia cultural. Essa perspectiva ajuda a compreender como práticas, discursos e objetos cotidianos, como as atas, também participam de processos educativos e formativos. Nesse sentido, Andrade e Costa (2017), ao entenderem que a ampliação do conceito de pedagogia e a identificação de espaços não convencionais como *loci* de aprendizagem contribuem significativamente para o fortalecimento das pedagogias culturais, promovem uma visão mais flexível e plural desse campo de estudo. Pedagogia cultural é compreendida, por sua vez, como um "[...] conceito construído a partir de diferentes campos do conhecimento que foram legitimando as relações da pedagogia com as práticas culturais cotidianas" (Bortolazzo, 2020, p. 316).

Essa definição aponta para a diversidade dos processos de aprendizagem, que não se restringem ao desenvolvimento cognitivo. A pedagogia, enquanto ciência e prática, também se ocupa da promoção de mudanças comportamentais, sociais e culturais, destacando sua importância na formação integral do ser humano. Essa amplitude revela que o ensino e a aprendizagem transcendem os conteúdos curriculares e envolvem a construção de valores, atitudes e habilidades que contribuem para o desenvolvimento pleno do indivíduo em sociedade.

No contexto apresentado, as atas de assembleias gerais de um sindicato docente, por exemplo, podendo ser também de quaisquer outras atas de quaisquer outras instituições, não são apenas registros administrativos, mas também importantes documentos históricos. De acordo com Esquinsani (2007, p. 104), as "atas também podem servir como uma rica fonte documental, sobremaneira para a história da educação" e elas desempenham, inclusive, um papel essencial na preservação da memória institucional e na reconstrução de narrativas que ajudam a compreender as relações de poder, as práticas educativas e as transformações sociais ocorridas no interior dessas entidades. Nesse sentido, a referida autora argumenta:

Um documento não é, portanto, neutro. Ele foi construído para atender a uma determinada finalidade, dentro de uma dada prática (entendida como ação, momento) histórica e pertenceu/e a um determinado grupo, o grupo que o forjou, que o legitimou (Esquinsani, 2007, p. 104).

Como fontes primárias, as atas oferecem um acesso direto às deliberações e discursos que marcaram a história do sindicato, funcionando como registros privilegiados da memória institucional. Elas não apenas documentam debates, tensões e decisões, mas também refletem os interesses, valores e dinâmicas sociais de um determinado período histórico. Por meio de seus registros, é possível compreender como o sindicato se organizava, quais pautas eram priorizadas, que vozes eram legitimadas e quais ficavam à margem do processo decisório. Além disso, os registros trazem pistas sobre os silêncios e omissões que compõem os documentos, indicando estratégias discursivas que visavam legitimar determinadas narrativas em detrimento de outras.

Essa perspectiva é reforçada quando compreendemos as atas como artefatos culturais, carregados de

significados que vão além do conteúdo explícito. Camozzato (2018) observa que artefatos culturais resultam de um processo de construção e vinculação de significados a diferentes objetos constituídos material e simbolicamente em uma cultura. Assim, enquanto produtos da ação humana, eles expressam valores, disputas e modos de pensar característicos de seu tempo. No caso das atas, cada escolha de palavra, cada silêncio e cada forma de organização textual pode ser lida como uma manifestação das relações sociais e das dinâmicas de poder que atravessam as instituições.

Sob essa ótica, as atas não se limitam a registrar acontecimentos administrativos, mas atuam como textos institucionais que constroem sentidos, orientam condutas e reforçam modos de pensar. Ao fixarem discursos e decisões, elas participam da formação simbólica dos sujeitos e da legitimação de determinadas hierarquias, funcionando como instrumentos pedagógicos e políticos. Desse modo, tornam-se práticas discursivas que, ao mesmo tempo em que organizam a vida institucional, ensinam e reproduzem valores, normas e relações de poder.

O caráter político das atas se revela justamente na seleção do que é registrado e na forma como os fatos são narrados. As escolhas de linguagem, os recortes feitos e até mesmo os silêncios carregam intencionalidades que refletem disputas de poder e relações hegemônicas. Para Orlandi (2007), o silêncio não deve ser entendido como ausência de sentido, mas como parte constitutiva do discurso, já que todo dizer implica necessariamente um não-dizer. Ao expressar-se, o sujeito escolhe determinados sentidos e, ao mesmo tempo, deixa outros de lado, produzindo um silêncio que não significa ausência, mas constitui a própria linguagem.

Dessa forma, o silêncio não deve ser entendido como passividade, e sim como elemento ativo na construção de significados. Essa perspectiva é essencial para a análise discursiva, pois chama a atenção não apenas para o que é dito, mas também para o que é omitido, interditado ou silenciado, revelando relações de poder e estratégias de produção de sentidos. Inspirando-se em Foucault (2008), pode-se dizer que as atas funcionam como mecanismos de regulação discursiva, instaurando regimes de verdade que orientam práticas cotidianas e produzem efeitos de poder.

Compreender as atas sob essa ótica significa reconhecer sua potência como artefatos culturais: elas não apenas documentam, mas participam ativamente da regulação simbólica das práticas sociais. São, portanto, arenas de disputa discursiva e pedagógica, nas quais se definem sentidos, se organizam memórias e se constroem referências que atravessam o campo educacional, sindical e comunitário.

As atas como instrumento metodológico na educação

Esquinsani (2007), ao tratar as atas como fontes, parte do pressuposto de que elas constituem elementos de pesquisa capazes de transformar conhecimentos baseados no senso comum em uma construção científica fundamentada. Segundo Esquinsani (2007), elas possibilitam uma análise detalhada dos processos e decisões, indicando os caminhos seguidos em determinados contextos. Para tanto, é essencial abordá-las não como objetos naturais, mas como produções sociais e culturais, impregnadas de intencionalidades e significados que precisam ser investigados e interpretados criticamente.

De acordo com Sabat (2001), os estudos educacionais têm historicamente privilegiado a escola como o principal espaço de aplicação da pedagogia e do currículo, consolidando-a como o foco central das análises e intervenções no campo educacional. No entanto, no contexto contemporâneo, é fundamental ampliar essa perspectiva e reconhecer a existência de outros espaços que também atuam como produtores de conhecimentos e saberes. Esses novos espaços incluem ambientes como organizações comunitárias, mídias digitais, instituições sindicais e etc., têm se mostrado cada vez mais relevantes na formação de sujeitos e na disseminação de saberes.

Na construção metodológica, como apontam Meyer e Paraíso (2014), o exame de materiais já conhecidos desempenha um papel crucial para a suspensão de significados estabelecidos, a crítica aos textos existentes e a abertura de novas interpretações e possibilidades de análise. Esse processo, que envolve uma revisão crítica dos saberes consolidados, constitui também um movimento de ressignificação constante, em diálogo com novos contextos e questões emergentes.

Para compreender as atas como artefatos culturais e pedagógicos, é necessário recorrer a instrumentos teórico-metodológicos que permitam evidenciar os sentidos e discursos que nelas se manifestam. Nesse contexto, a Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), apresenta-se como uma abordagem adequada, pois busca interpretar criticamente o conteúdo das comunicações, revelando os significados latentes e as intencionalidades implícitas nos textos. Essa concepção evidencia que o método não se restringe à descrição literal dos textos, mas orienta-se pela interpretação crítica, buscando compreender o contexto, as condições e os sentidos simbólicos que permeiam as enunciações. Como afirma Bardin:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 42):

Além disso, a autora destaca que “a inferência é a operação lógica pela qual se relacionam enunciados descritos com outros não descritos, permitindo ultrapassar o nível manifesto do conteúdo para atingir significações mais profundas” (Bardin, 2016, p. 47). Essa perspectiva reforça o caráter interpretativo da análise de conteúdo, uma vez que o pesquisador é chamado a construir sentidos a partir dos vestígios discursivos presentes nos textos.

No caso das atas, essa abordagem possibilita investigar quais pedagogias se tornam visíveis nos registros institucionais, a partir das formas de enunciação, dos temas recorrentes, das escolhas linguísticas e, inclusive, dos silêncios e omissões que compõem o texto. Tais elementos funcionam como marcas discursivas que expressam modos de pensar e agir pedagógicos, revelando como as práticas institucionais são ensinadas, reforçadas e reproduzidas por meio da linguagem.

Assim, a análise de conteúdo, ao ser articulada a uma leitura teórico-pedagógica das atas, permite compreender como esses documentos não apenas relatam fatos, mas também ensinam modos de participação, legitimam saberes e constroem sentidos educativos. Essa abordagem metodológica favorece a identificação das pedagogias implícitas nas atas, entendidas aqui como processos de formação simbólica e discursiva que orientam

as práticas e os valores das instituições.

Enquanto registros formais de reuniões, decisões e debates, as atas representam não apenas uma fonte documental, mas também um espaço discursivo que reflete escolhas políticas e ideológicas das instituições e dos indivíduos que as produzem. Ao analisá-las, o/a pesquisador/a é desafiado/a a identificar lacunas, reconstruir narrativas e reinterpretar os percursos históricos e sociais que fundamentam essas práticas documentais.

Por muito tempo prevaleceu a ideia de que os textos e pesquisas na área da educação deveriam obrigatoriamente oferecer orientações práticas, sugestões ou soluções para problemas identificados. Entretanto, a maneira como estruturamos e redigimos nossos trabalhos está intrinsecamente conectada às nossas escolhas teóricas e posicionamentos políticos, refletindo nossas perspectivas e prioridades. Essa visão, apresentada por Louro (2007), destaca a importância de reconhecer que o ato de escrever na ciência não é neutro, mas sim um reflexo das decisões metodológicas e ideológicas adotadas pelo/a pesquisador/a.

Constituídas as atas como instrumentos metodológicos, as formas de analisá-las recaem sobre os discursos que elas registram, os quais são marcados por escolhas discursivas, intencionalidades e relações de poder. Nesse contexto, embora Foucault (2008) não aborde diretamente as atas, seu conceito de arqueologia do saber pode ser utilizado para analisar como as atas são instrumentos de poder, construindo e validando certos discursos, ao mesmo tempo que excluem outros. Portanto, ao aplicar a abordagem da arqueologia de Foucault (2008) às atas, poderíamos investigar quais discursos são legitimados, quais práticas de poder estão em jogo e quais são as condições históricas e institucionais que permitem a formulação e formalização das decisões registradas nesses documentos.

É importante questionar, por exemplo, se esses discursos promovem inclusão ou exclusão, se refletem preconceitos e práticas que desvalorizam determinados grupos, ou ainda se legitimam hierarquias de poder dentro da estrutura sindical. Com isso, é possível fazer um paralelo com a conjuntura atual deste sindicato docente, com o que está descrito nas páginas das atas das assembleias gerais, observando possíveis mudanças de aspectos sociais e comportamentais.

Considerações finais

As atas, quando compreendidas como artefatos culturais, revelam-se um campo singular de análise para os estudos metodológicos, especialmente na interseção entre pedagogia e história. Não podem ser vistas apenas como documentos administrativos ou registros neutros de decisões; ao contrário, são produções discursivas permeadas por intencionalidades, escolhas de linguagem e silêncios estratégicos que refletem as condições sociais, políticas e culturais de sua época. Nessa perspectiva, as atas deixam de ser simples registros do passado para se tornarem instrumentos ativos na constituição de memórias coletivas, identidades institucionais e formas de pedagogia social.

Sob o ponto de vista metodológico, sua análise permite o acesso a dimensões explícitas e implícitas de um determinado contexto histórico. As atas possibilitam compreender como as relações de poder foram estruturadas, legitimadas ou contestadas, evidenciando quais vozes foram registradas e quais foram omitidas.

Nesse sentido, o silêncio que atravessa esses documentos não pode ser interpretado como ausência, mas como parte constitutiva do discurso, funcionando como marcador de exclusões, interdições e disputas. Assim, elas não apenas informam sobre o que foi decidido, mas também sobre o que não pôde ser dito, oferecendo ao pesquisador um campo fértil para compreender os jogos de poder e os processos de legitimação social.

Do ponto de vista pedagógico, as atas se constituem como verdadeiros instrumentos educativos. Elas orientam práticas institucionais, modelam comportamentos e, ao registrarem normas, valores e decisões, ensinam formas de agir e de compreender o mundo social. Dessa maneira, o caráter pedagógico das atas extrapola os muros da escola e inscreve-se no cotidiano das instituições, configurando-se como uma pedagogia difusa e permanente.

Outro aspecto relevante é a contribuição das atas para a preservação e transmissão de memórias. Ao funcionarem como depositárias de narrativas oficiais, elas não apenas relatam acontecimentos, mas constroem versões do passado que orientam o presente e projetam o futuro. A memória institucional que carregam é seletiva e intencional, reforçando determinadas perspectivas enquanto marginaliza outras. Por isso, analisá-las exige um olhar crítico e interdisciplinar, capaz de articular dimensões históricas, discursivas, pedagógicas e culturais.

Esses documentos, mais do que simples registros históricos, constituem-se como fontes vivas de conhecimento que, quando analisadas com rigor e sensibilidade, desvelam as dinâmicas sociais, culturais e educativas presentes nos espaços institucionais e comunitários. Nesse sentido, como lembra Sacristán (2000), todo registro de caráter curricular ou pedagógico envolve processos de legitimação cultural e social, o que permite compreender as atas também como práticas pedagógicas, ainda que situadas fora do espaço escolar. Essa perspectiva amplia o olhar sobre esses documentos, evidenciando seu potencial formativo e sua capacidade de produzir sentidos que atravessam o campo educacional e as práticas sociais.

Em síntese, as atas são documentos de grande valor científico, social e pedagógico. Longe de se limitarem a registros formais, elas se revelam como textos carregados de sentidos, disputas e estratégias discursivas. Ao reconhecê-las como artefatos culturais e educativos, abre-se a possibilidade de ampliar o campo de investigação, explorando as formas pelas quais a linguagem, os silêncios e as escolhas discursivas moldam práticas sociais e institucionais. Assim, estudar as atas significa não apenas compreender o passado que registram, mas também refletir sobre as pedagogias e os regimes de verdade que continuam a influenciar o presente e a orientar o futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. **Nos rastros do conceito de pedagogias culturais:** invenção, disseminação e usos. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 33, e157950, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BORTOLAZZO, Sandro. Os usos do conceito de pedagogias culturais para além dos oceanos: uma análise do contexto Brasil e Austrália. **Momento:** Diálogos em Educação, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 315–336, jan./abr., 2020.
- CAMOZZATO, Viviane C. **Sociedade pedagógica e as transformações nos espaços-tempos do ensinar e do**

aprender. Em Aberto. Brasília, v. 31, n. 101, p. 107-119, 2018.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação:** pautando a discussão a partir de um estudo de caso. Educação Unisinos, v. 11, n. 2, p. 103-110, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

GOOGLE. A Pedagogia é a ciência que estuda a educação... **Google**, 2025. Disponível em:

https://www.google.com/search?q=pedagogia&rlz=1C1GCEU_pt-

BRBR972BR972&oq=pedagogia&gs_lcp=EgZjaHJvbWUyEQgAEEUYORhDGLLEDGIAEGIoFMgwIARAU
GEMYgAQYigUyBggCEEUYOzIMCAMQABhDGIAEGIoFMgwIBBAAGEMYgAQYigUyCggFEC4YsQM
YgAQyBwgGEAAgAQyCggHEAAgYsQMYgAQyDQgIEC4YrwEYxwEYgAQyBwgJEAAgYjwLSAQgyNj
QxajBqOagCALACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8 Acesso em: 24 fev. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Conhecer, pesquisar e escrever.** Educação, Sociedade & Culturas, nº 25, Porto Alegre, p. 235-245, 2007.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de Pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 17-24.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

Recebido em: 25/09/2025

Aceito em: 13/11/2025